

# DIOGO

# DO



# COUTO

---

HISTÓRIA E  
INTERVENÇÃO  
POLÍTICA DE  
UM ESCRITOR  
POLÉMICO

Edição coordenada por  
Rui Manuel Loureiro e  
M. Augusta Lima Cruz

---

# DIOGO DO COUTO

HISTÓRIA E INTERVENÇÃO POLÍTICA  
DE UM ESCRITOR POLÉMICO

EDIÇÃO COORDENADA POR

Rui Manuel Loureiro e M. Augusta Lima Cruz

Título: **Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico**

Autores: Rui Manuel Loureiro; Maria Augusta Lima Cruz; & outros

Capa: António Pedro sobre Retrato de Diogo do Couto, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

Design gráfico: Mena Machado

© 2019, Autores

Edições Húmus, Lda., 2019

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

humus@humus.com.pt

ISBN: 978-989-755-403-2

Impressão: Paplemunde  
1ª edição: Maio 2019

Depósito legal: 454631/19

Apoios: **Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes**

Rua Dr. Estêvão de Vasconcelos, 33

8500-656 Portimão

**Centro de Humanidades**

FCSH – Universidade Nova de Lisboa / Universidade dos Açores

Avenida de Berna, 26-C

1069-061 Lisboa

**Fundação para a Ciência e a Tecnologia**

Avenida D. Carlos I, 126

1249-074 Lisboa

Esta publicação teve o apoio do CHAM (NOVA FCSH—UAc) através do projecto estratégico financiado pela FCT (UID/HIS/04666/2019)

## ÍNDICE

<b>NOTA DE ABERTURA</b> .....	7
<b>DIOGO DO COUTO – VIDA</b> .....	11
<b>Maria Celeste Moniz</b> – Diogo do Couto: Percurso de uma vida e perfil de uma identidade .....	13
<b>José Manuel Garcia</b> – Diogo do Couto cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia .....	27
<b>Ana Paula Menino Avelar</b> – Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: Vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores .....	43
<b>DIOGO DO COUTO – TEXTOS</b> .....	55
<b>Rui Manuel Loureiro</b> – Redes de informadores e tipos de fontes nas <i>Décadas da Ásia</i> de Diogo do Couto .....	57
<b>Kioko Koiso</b> – Alguns aspectos do relato de naufrágio da nau <i>São Tomé</i> , de Diogo do Couto, em comparação com o manuscrito de Gaspar Ferreira Reimão .....	71
<b>Maria Augusta Lima Cruz</b> – Da construção historiográfica de Couto: Os trabalhos forçados do editor .....	97

<b>Ana Dulce de Seabra</b> – Frei Adeodato da Trindade, editor e censor de Couto .....	117
<b>Mariagrazia Russo</b> – A circulação em Itália das obras de Diogo do Couto: Um olhar sobre o percurso editorial da <i>Década X</i> ....	145
<b>Ana María García Martín</b> – <i>Um ninho de guincho, como lá dizem:</i> Linguagem repetida e metáfora em <i>O Soldado Prático</i> .....	157
<b>DIOGO DO COUTO – LEITURAS</b> .....	189
<b>Nuno Vila-Santa</b> – Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: Similitudes e diferenciações de dois intervenientes políticos contemporâneos .....	191
<b>João Teles e Cunha</b> – «Porque eu quero também vender o meu saber, pois sou mal pago de meu serviço»: Alvitres e quimeras políticas de Diogo do Couto .....	221
<b>Paulo Jorge de Sousa Pinto</b> – Crises, casados e conquistas: Ambiente social e reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto ....	285
<b>Vasco Resende</b> – Diogo do Couto e o passado etnogeográfico da Ásia Central .....	301
<b>Dejanirah Couto</b> – Figuras de antagonismo: Reatamento das negociações luso-otomanas, Diogo do Couto e a audiência de António Teixeira de Azevedo ao Grão-Turco (1563) .....	315
<b>DIOGO DO COUTO – ENCENAÇÕES</b> .....	363
<b>Silvina Pereira</b> – O Soldado Prático: Diálogo em cena .....	365

# **Crises, Casados e Conquistas: Ambiente social e reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto**

PAULO JORGE DE SOUSA PINTO \*

“E porque sou informado que o dito Diogo do Couto não é tão suficiente como o entendi pela primeira informação que dele me foi dada, e que tem por falta em seu nascimento, o que tudo deveis já ter sabido, depois de chegardes à Índia pelo que sobre esta matéria vos escrevi nas vias do ano passado, advertir-vos-eis nestes particulares que praticareis como o arcebispo de Goa, e achando ambos que não convém entregar-se nem a casa do tombo, nem a escritura da história, ou pelo menos alguma destas cousas ao dito Diogo do Couto, ireis dissimulando com ele no melhor modo que vos parecer até me avisardes”.<sup>1</sup>

Em carta dirigida ao novo vice-rei da Índia, Filipe II expressava deste modo as dúvidas que envolviam o merecimento de Diogo do Couto para o desempenho do cargo de guarda-mor do tombo de Goa e deixava ao seu critério, e ao do arcebispo fr. Aleixo de Meneses, uma decisão sobre o assunto. Tratou-se de um momento-chave da vida do cronista, então já

---

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 285-300 (ISBN 978-989-755-403-2).

\* CHAM – Centro de Humanidades (NOVA FCSH/UAc).

<sup>1</sup> Carta do rei a D. Francisco da Gama, 3.3.1598, *Archivo Portuguez Oriental*, 3, pp. 845-846.

um *casado* de Goa e a caminho dos 60 anos, de cujo desfecho dependia a sua confirmação no cargo e o prosseguimento do seu trabalho como cronista da história da Índia. D. Francisco da Gama deu dele boa conta e Diogo do Couto assumiu o compromisso de defender a causa do vice-rei e da sua linhagem.<sup>2</sup> Não foi por acaso que Couto se dedicou de imediato à redação do “Tratado dos Gama”, que ficou concluído no ano seguinte. Na epístola-dedicatória da obra, Couto confessa que as informações foram compiladas a partir das suas próprias “Décadas” e dos trabalhos de João de Barros e de Damião de Góis. Não obstante, não se esquivava à habitual retórica hiperbólica, desta vez de elogio desmesurado ao descobridor do caminho marítimo para a Índia, o bisavô do seu patrono – a quem dedica o texto –, chegando mesmo a sugerir que, ao ler Séneca, lhe pareceu que este “já então (com serem mais de 1400 anos antes) adivinhava este descobrimento, e falava deste valoroso capitão como de uns a que havia de espantar aos homens”.<sup>3</sup>

Uma cumplicidade entre um cronista e uma figura poderosa como o vice-rei da Índia não constitui motivo de admiração nem deveria, sequer, merecer reparo. Diogo do Couto conheceu diversos, com quem se relacionou de forma próxima e cujas impressões, mais ou menos favoráveis, podem ser detetadas ou intuídas nos seus escritos.<sup>4</sup> Mas Diogo do Couto não foi um cronista qualquer. Se Manuel Severim de Faria, o seu primeiro biógrafo, se limitou a destacar os seus méritos como cronista, a enorme capacidade de trabalho e o “zelo da honra da pátria”,<sup>5</sup> o que veio mais tarde a constituir a marca distintiva do autor foi a sua denúncia feroz da corrupção, do nepotismo e da ineficácia no Estado da Índia, expressos nas duas versões do “Soldado Prático”. É essa faceta, e não a do cronista incansável, que prevalece nos instrumentos de divulgação da cronística e da literatura do século XVI: uma figura incómoda e injustiçada porque se guiava apenas por dizer “as verdades sem restrições”, como dizem a Wikipédia e a Infopedia;<sup>6</sup> António José Barreiros afirma que a “preocupação dominante” de Couto era “dizer a verdade toda, sem respeitos humanos e sem temor”, o *Dicionário de Literatura* de Jacinto do Prado Coelho fala do seu “espírito rudemente enamorado do verdadeiro” e M. Rodrigues Lapa, editor do “Segundo Soldado Prático”,

<sup>2</sup> António Coimbra Martins, “História de Diogo do Couto e dos seus livros”, p. 80.

<sup>3</sup> Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama*, p. 21.

<sup>4</sup> Charles R. Boxer, “Diogo do Couto (1543-1616)”, p. 125.

<sup>5</sup> Em Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama*, pp. 5-11.

<sup>6</sup> [https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo\\_do\\_Couto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Diogo_do_Couto);  
[https://www.infopedia.pt/\\$diogo-do-couto](https://www.infopedia.pt/$diogo-do-couto).

diz que “o amor da verdade é em Couto uma espécie de vício”.<sup>7</sup> Já Boxer, na sua primeira abordagem à vida e obra do cronista, acusou algum desconcerto perante a natural relação difícil com “a verdade” por parte de alguém que, “no desempenho de um cargo oficial, tinha que lidar com o patrocínio régio, a censura rigorosa, a inveja dos fidalgos poderosos e a sombra da Inquisição”.<sup>8</sup>

Os estudos posteriores acerca da vida e obra de Diogo do Couto revelaram uma realidade bem mais complexa do que o simples quadro de um cronista injustiçado e prejudicado, tanto na publicação dos seus trabalhos como no reconhecimento dos seus méritos, pela sua ousadia de expor verdades incómodas para o poder e de denunciar atropelos e compadrios. Em particular, os trabalhos de António Coimbra Martins e Maria Augusta Lima Cruz revelam e colocam em perspetiva os traços de uma personalidade e de uma biografia multifacetadas, plenas de ambiguidades e contradições, tanto pelo que descreve como pelo que omite nos seus trabalhos.<sup>9</sup>

Um dos traços mais interessantes dos trabalhos de Couto é o modo como revelam o seu profundo envolvimento nos debates e preocupações do seu tempo, não a partir do pressuposto simplista do “dizer a verdade” mas decorrente das suas próprias motivações e interesses, da sua posição como *casado* de Goa e homem a quem, como afirmou Filipe II ao vice-rei D. Francisco da Gama, tinha “falta em seu nascimento”. A sua visão das realidades da Índia portuguesa e os remédios que propôs para corrigir os erros e ineficácias que denunciou nos dois “Soldados Práticos” decorreram da sua própria posição social e da perspetiva que possuía do percurso e evolução do Estado da Índia ao longo do século XVI.

Três aspetos em particular, aliás interligados, são merecedores de uma atenção mais cuidada, pela forma como poderão lançar novos matizes sobre o perfil social de Couto, as ligações entre a sua vida e a sua obra e o modo como estava plenamente *engagé* nas preocupações e tensões do seu tempo. Em primeiro lugar, a visão do cronista integra-se num quadro mais geral de perceção, muito comum na época, de que o Estado da

---

<sup>7</sup> António José Barreiros, *História da Literatura Portuguesa*, p. 401; Carlos Eduardo de Soveral, “Couto, Diogo do” in *Dicionário de Literatura*, p. 227; M. Rodrigues Lapa (ed.), *O Soldado Prático*, p. 11.

<sup>8</sup> Charles R. Boxer, “Three Historians of Portuguese Asia”, p. 30.

<sup>9</sup> António Coimbra Martins, “História de Diogo do Couto e dos seus livros” e “Introdução” in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*; Maria Augusta Lima Cruz, “O Discurso Histórico” in *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*.



Índia vivia um período de crise, não apenas financeira, política e social, mas também identitária. Esta visão estava impregnada de juízos pessimistas e de tom moralizante, segundo os quais a crise resultava de uma degenerescência – para não dizer decadência – de uma espécie de “idade de ouro” já desaparecida, pela qual Couto suspira e manifesta um saudosismo latente.

Em segundo lugar, a visão do cronista acerca da crise do “presente” em confronto com a glória do “passado” não se limitava a um mero diagnóstico, antes continha elementos de regeneração e propostas de solução, em pleno alinhamento, uma vez mais, com as ideias dominantes na sua época – uma reforma do Estado, uma nova política de armadas e, sobretudo, uma opção por conquistas territoriais, embora essas propostas sejam, em Couto, elaboradas de forma avulsa e, por vezes, contraditória. Por fim, o tom simultaneamente pessimista e esperançoso – porque deteta erros e propõe soluções –, transformado em denúncia e dever de proferir “a verdade” tinha por trás motivações, interesses e um sentido de âmbito social, ou seja, era a expressão do descontentamento e desconforto de grupos que, de alguma forma, o sistema vigente menosprezava, não prestigiava e relegava para posições subalternas, entre eles os *casados* e setores da pequena nobreza.

## I

A memória coletiva nacional sedimentou, ao longo de séculos, uma série de imagens e ideias acerca do passado ultramarino de Portugal, em particular do império asiático. Um dos seus traços mais interessantes é, provavelmente, o seu olhar desencantado de contraste entre um passado alegadamente glorioso e um presente sombrio e cinzento, de onde ressalva a ideia de “declínio” ou de “decadência”. Este conceito explicativo do processo histórico foi desenvolvido no século XIX, transformando-se numa espécie de “teoria explicativa” geral, bastando atentar ao interesse que despertou em autores como Alexandre Herculano, Antero de Quental ou Oliveira Martins. No que diz respeito à Ásia e ao Estado da Índia português, a ideia da “decadência” era ainda mais acentuada, para o que muito contribuíram as críticas formuladas por Diogo do Couto no “Soldado Prático”. Não foi certamente por acaso que a primeira edição dos dois diálogos, em 1790, teve como título *Observações sobre as Principais Causas da Decadência dos Portugueses na Ásia*.

Não interessando esmiuçar aqui o modo como a ideia de “decadência” – associada, entre outras, às de “lenda negra” – se cristalizou nas teoriza-

ções oitocentistas sobre a presença portuguesa na Ásia, importa, contudo, referir que a percepção de que o império oriental tinha conhecido um pico e uma retração era já comum no século XVII. As “quatro idades” da Ásia portuguesa de que fala o pe. Manuel Godinho em 1664 foi, talvez, o primeiro ensaio de teorização da “decadência”.<sup>10</sup> Mas o mais interessante é que as razões aduzidas por este autor para explicar a “declinação do nosso Estado” não foram a agressão holandesa ou a emergência de novas potências asiáticas, mas sim a diminuição do valor dos soldados e fidalgos, a prudência dos capitães ou o zelo dos governantes, num juízo idêntico ao elaborado por Diogo do Couto, algumas décadas antes.

A crítica de Couto ao funcionamento do Estado da Índia no seu tempo resulta, dado o seu caráter eminentemente “prático”, da sua observação, da sua vivência e da sua experiência, mas as tonalidades sombrias do seu discurso ganham um contraste renovado quando colocado de forma retrospectiva, ou seja, a situação que diagnostica de forma cáustica e acutilante resulta de um processo de degradação, porque num passado não muito distante, o panorama era outro. É por isto que Couto pode ser considerado o verdadeiro criador da noção de “decadência”, que veio a ser glosado e amplificado posteriormente.

E quando começou, essa “decadência”? É incerto. Couto dá pistas, ainda que contraditórias, sobre o tempo anterior, uma espécie de “idade de ouro” da Índia. O que distingue as críticas de Diogo do Couto da generalidade dos autores que, numa época de crise financeira, social e identitária, emitiam pareceres e alvitres, é que o cronista não se limita a fazer diagnósticos e sugerir soluções, antes elabora uma narrativa de teor moralizante que remete para um passado – que não vivenciou, como se verá adiante – de qualidades abundantes que se desvaneceram ao longo do século XVI.

Assim, no primeiro “Soldado Prático”, o governo de Nuno da Cunha (1529-1538) é apontado como exemplo “em todas as cousas bem ordenadas da fazenda, como com S. Paulo na Igreja de Deus”,<sup>11</sup> no que foi seguido por Martim Afonso de Sousa (1542-1545), que considera como um seu “discípulo”. No segundo “Soldado Prático”, e acerca da administração da justiça, Couto afirma que até ao governo de Jorge Cabral (1549-1550), a Índia viveu “a era dourada”, e “ainda muito mais feliz” até D. João de Castro, alguns anos antes.<sup>12</sup> Deduz-se, portanto, que a

<sup>10</sup> Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal*, pp. 17-25.

<sup>11</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, cap. 8, p. 401.

<sup>12</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. 2, cena 3, p. 157.

situação se degradou a partir do meado do século. Tal não deixa de ser curioso, uma vez que Couto partiu para a Índia apenas em 1559 e, portanto, as falas do “soldado prático” (em ambas as versões) dizem respeito a um tempo e a uma realidade que o autor não conheceu. Provavelmente, as suas impressões fizeram eco de rumores e opiniões que recolheu e que incorporou nos seus trabalhos.

A propósito de apreciações sobre um passado tido como “dourado” mas não vivido, o caso de João de Barros merece um pequeno aparte. A sua *Década Quarta* encerra com um elogio a Nuno da Cunha, afirmando que “[Deus] permitiu que depois de sua vida viessem as cousas da Índia a tal estado, que os dez anos que ele governou fossem sempre lembrados”.<sup>13</sup> Esta *Década* ficou inacabada, apesar de o próprio Barros afirmar que em 1539 já a tinha preparada – se bem que em estado incerto.<sup>14</sup> Como Nuno da Cunha morreu nesse mesmo ano e o trabalho de Barros só foi completado após a sua morte em 1570, pelo seu filho, por Duarte Nunes de Leão e, finalmente, por João Batista Lavanha (só viria a ser editado em 1615), a apreciação final sobre Nuno da Cunha foi, muito provavelmente, adicionada por um destes nomes, numa altura em que o governo daquele estava já suficientemente distante para constituir uma referência no contexto da memória da “idade de Ouro”.<sup>15</sup>

Voltando a Diogo do Couto, a evocação das antigas qualidades e virtudes entretanto desvanecidas articulava-se com o confronto direto com a realidade do seu próprio tempo, numa espécie de apelo desesperado a um regresso ao passado como única solução regeneradora. No segundo “Soldado Prático”, Couto coloca lado a lado um guerreiro do tempo de D. Manuel “com que a Índia se conquistou” com um soldado seu contemporâneo, numa comparação destinada a ridicularizar este último, pelos seus trajes luxuosos e vagamente efeminados. Perante tal contraste, “parece-me que tornaria logo aquele bom rei a morrer de nojo, e que poderia pedir conta aos reis seus sucessores de se descuidarem tanto nas cousas da Índia e de não mandarem prover que se torne tudo àquela primeira idade, se querem que a Índia torne a seu ser”.<sup>16</sup>

Às antigas virtudes bélicas correspondia igualmente uma generosidade para com os soldados, uma propensão para a redistribuição da riqueza (ou do saque, podemos acrescentar), que entretanto se perdeu; no seu

<sup>13</sup> João de Barros, *Da Ásia*, Dec. IV, X, xxii, p. 751.

<sup>14</sup> João de Barros, *Da Ásia*, Dec. I, I, i, p. 14.

<sup>15</sup> Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português*, p. 113.

<sup>16</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. 2, cena 2, p. 144.

tempo, a fidalguia não apenas se tornou avarenta como passou a dedicar-se ao comércio. Como se verá mais adiante, Couto lamenta o efeito social causado por esta alteração, uma vez que a interferência direta nos tratos e nas linhas de comércio oprimia e prejudicava soldados, *casados* e a pequena nobreza.

Curiosamente, a opinião de Diogo do Couto era coincidente com a do próprio vice-rei D. Francisco da Gama, que se lamentava a Miguel de Moura ao falar da escassez de “fidalgos velhos” e do comportamento dos que restavam. Uma vez mais, o “antigamente” serve de padrão e de bitola:

“Está este Estado falto de fidalgos velhos, e alguns que há procedem tão diferentemente do que faziam os antigos, que mais tratam de serem mercadores que de os instarem na faculdade com que serviam em tudo que os vice-reis os ocupavam despendendo no serviço o que das fortalezas tinham tirado, os que haviam entrado nelas e os que estavam ainda por entrar, empenhando-se de modo que entravam mui endividados, o que hoje se faz muito ao contrário e quem pode granjear e poupar mais há que cumpre melhor com o que deve, e pelo mesmo respeito se afastam também os soldados do serviço, porque como antigamente os fidalgos que folgavam de se despender com eles acharam amparo e hoje lhes falta, todos buscam seu remédio e querem antes andar em naus de mercadores e nos navios de chatins, que servir nas armadas, porque a fazenda de Sua Majestade não pode abranger a mais que a se lhes pagar o seu quartel”.<sup>17</sup>

A antiga função redistributiva da riqueza por parte da fidalguia, que Couto enaltece – e, como se vê, o próprio vice-rei – como uma grande qualidade, derivava de uma tradição medieval e arcaizante do império asiático português, muito assente nas clientelas e fidelidades pessoais que se sobrepunham ao serviço de Estado; as mesmas redes clientelares que são alvo das críticas do cronista. Seja como for, a percepção saudosista de uma “idade de ouro” passada não se esgotava na eficácia militar ou redistribuição de bens e proveitos. Pelo contrário, alargava-se às próprias qualidades pessoais de governantes e fidalgos. Como descreve num episódio do Tratado dos Gama, passado na expedição ao Mar Vermelho de 1541, “os fidalgos daquele tempo não andavam senão a tempe-

<sup>17</sup> Carta de D. Francisco da Gama ao governador de Portugal D. Miguel de Moura, 23.12.1599, Biblioteca Nacional de Portugal, *Res.*, Cod. 1975, fls. 252-252v.

rar paixões e não acendê-las, como pode ser que alguns hoje façam, e também os governadores tinham tanto respeito aos fidalgos que se refreavam com eles”.<sup>18</sup>

## II

Após a euforia manuelina, o longo reinado de D. João III foi caracterizado pelo surgimento dos primeiros debates em torno da crise e da reforma global do império. O abandono de Marrocos, o alargamento dos limites da presença portuguesa na Ásia até ao arquipélago nipónico e à Índia Oriental e o início da colonização do Brasil fizeram emergir propostas de reforma e de alteração das prioridades da coroa. Como é evidente, o debate estava impregnado de teor pessimista e de sentimento de “crise”, tanto financeira como económica ou ideológica. As primeiras manifestações sobre os percalços da aventura asiática e os seus efeitos nefastos surgiram ainda durante o reinado do *Venturoso* e prolongaram-se pelo século XVI e XVII.<sup>19</sup> Num outro registo, foi durante o reinado de D. João III que se reformaram os regimentos do trato das especiarias, nomeadamente o cravo do Maluco, e se estabeleceu uma controvérsia acerca da organização e regulação do comércio da pimenta.<sup>20</sup>

Embora os parâmetros da “crise dos meados do século XVI” sejam ainda imprecisos – Sanjay Subrahmanyam aponta para os finais da década de 1530 e L. F. Thomaz centra a sua atenção no período 1565-1575, só para citar dois exemplos – as dificuldades de gestão administrativa, o défice crónico, o agravamento das condições político-militares e as mazelas sociais na Ásia portuguesa eram problemas que preocupavam seriamente políticos, fidalgos e ideólogos, quer no reino quer na Índia. A emissão de sugestões, opiniões e propostas de reforma tornou-se prática comum em troca de correspondência, memoriais e crónicas, embora não tenha atingido a dimensão e o impacto dos *arbitristas* na Monarquia Católica.

Diogo do Couto não se esquivava naturalmente a emitir propostas de reforma para os problemas sobre os quais discorria. O seu discurso não primava, contudo, pela coerência, ou seja, Couto era bem mais perspicaz a apontar e a denunciar mazelas e vícios do que apontar soluções pertinentes e devidamente fundamentadas. Os seus juízos eram frequente-

<sup>18</sup> Diogo do Couto, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama*, cap. 9, 2ª pte., p. 130.

<sup>19</sup> Cf. a antologia de textos em Maria Leonor Garcia da Cruz, *Os «Fumos da Índia»*.

<sup>20</sup> Enquadramento e documentação em Luís Filipe F. R. Thomaz, *A Questão da Pimenta em meados do século XVI*.

mente contraditórios, avulsos e incompletos e resultavam mais da sua percepção de “soldado prático” do que de reflexões e análises devidamente ponderadas.

O debate sobre a reforma do Estado da Índia percorria geralmente um menu habitual: reformulação do aparelho administrativo, eficácia militar, opções estratégicas, gestão de armadas, política de fortalezas ou conquistas territoriais. Couto percorre-o de forma mais ou menos arbitrária, emitindo juízos sem se aperceber da sua incoerência. Entre outros exemplos, Couto – como se viu acima – evoca e aplaude o passado em que a fidalguia era generosa na forma como “dava mesa” e redistribuía riqueza pelos soldados, mas noutros momentos mostra-se adepto convicto de uma organização militar moderna, assente nas “bandeiras”.<sup>21</sup> Esta convicção assentava na denúncia de um grave vício, aliás apontado de forma recorrente nos seus trabalhos, o de que o sangue se sobrepunha ao mérito e que as decisões eram deixadas a fidalgos inexperientes (“homem que não é fidalgo não é chamado para nada”), mas Couto parece não se aperceber da contradição que constituía a defesa de ambos os modelos. Da mesma forma, aplaude a antiga generosidade dos fidalgos com os soldados mas critica ferozmente quando os mesmos usavam a sua posição para nomearem ou favorecerem parentes e familiares.

Do mesmo modo, um dos temas prementes na época de Couto, e amplamente debatidos, era a separação do Estado da Índia em governos autónomos. D. Sebastião ensaiou uma primeira tentativa em 1571, que rapidamente foi abortada. O cronista manifestou-se contra tal solução, com o argumento de que um governo separado de Malaca não teria rendimentos com que se sustentar, como “já por várias vezes tenho mostrado pelo discurso das minhas Décadas”.<sup>22</sup> Era uma opinião de quem vivia em Goa e partilhava naturalmente os receios de que uma separação de Malaca significasse uma perda de influência da capital do Estado da Índia sobre todo o Extremo Oriente.

Outra questão frequentemente tratada nos pareceres e opiniões sobre a reforma do Estado da Índia dizia respeito à manutenção da rede de fortalezas portuárias que constituíam a essência do próprio Estado. Também aqui Couto oscila e emite alvitres avulsos e contraditórios. Na Década Quarta, ao descrever as ordens de D. João III para a construção de uma fortaleza em Sunda, o cronista defende que “ainda hoje se

<sup>21</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. I, cena 9, pp. 95-99.

<sup>22</sup> Diogo do Couto, *Da Ásia*, Déc. IX, xvi, p. 116.

entende que será mais importante, assim para defender a entrada aos ingleses e turcos, como para segurança do trato e comércio daquelas partes”, acrescentando ainda que o mesmo deveria ser feito no Aceh e no Pegu, de acordo com a opinião dos “homens velhos e antigos”.<sup>23</sup> Porém, no primeiro “Soldado Prático”, proclama a inutilidade das fortalezas, que consomem recursos e podem ser facilmente bloqueadas pelas armadas inimigas, pelo que “com razão lhes podem chamar fracos currais”.<sup>24</sup> No segundo “Soldado Prático” vai ainda mais longe e enaltece a política do primeiro vice-rei D. Francisco de Almeida, advogando a concentração de recursos nas armadas, única forma de os portugueses se fazerem temer e respeitar pelos inimigos. O mesmo se aplicaria à cobrança das páreas (ou seja, dos tributos), “que são quatro fardos de arroz”, ao contrário das fortalezas, que consomem dinheiro, nada rendem e estão “sem soldados e sem munições”.<sup>25</sup>

Há uma questão sobre a qual Diogo do Couto aprofunda e amadurece o seu juízo e apreciação. Trata-se do tema em torno do qual passou a existir algum consenso a partir da década de 1560: uma inversão das políticas tradicionais de mera fixação portuária e controle de rotas marítimas e tratos mercantis para o domínio de territórios e recursos naturais, ou seja, “de conquistas”.

A adoção de uma política de conquista territorial, com vista ao controle de recursos naturais – invariavelmente minas de ouro ou prata – tornou-se, na segunda metade do século XVI, uma opção almejada por setores diversos, tanto no reino como nas possessões além-mar, e constituía uma espécie de panaceia para todos os males de que padecia o império ultramarino português. Esta tendência acentuou-se nitidamente no reinado de D. Sebastião, de que foram exemplos significativos as expedições de Paulo Dias de Novais em Angola, na procura das minas de Cambambe, de Francisco Barreto, na contracosta africana, em busca do Monomotapa ou, ainda, as entradas na região do Paraíba. O fascínio pelo sucesso da experiência castelhana, tanto no continente americano como no arquipélago das Filipinas, contribuiu decisivamente para a sua afirmação como opção viável aos olhos dos portugueses. A isto acrescia um recrudescimento do militarismo e de uma certa ideologia de cruzada, característicos do reinado de D. Sebastião.<sup>26</sup>

<sup>23</sup> Diogo do Couto, *Década Quarta da Ásia*, III, i, p. 132.

<sup>24</sup> Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, cap. 19, p. 488.

<sup>25</sup> Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, pte. 3, cena 3, pp. 221-222.

<sup>26</sup> Luís Filipe F. R. Thomaz, “A crise de 1565-1575”, pp. 487-489.

Os contextos diversificados das realidades asiáticas constituíam terreno fértil para o lançamento de aventuras militares destinadas a controlar reinos e recursos. Abundam as propostas de conquista territorial, cujos exemplos mais flagrantes saíram da pena de D. João Ribeiro Gaio, bispo de Malaca no último quartel do século XVI, e que incluíam o Aceh, os reinos continentais do Camboja e do Sião e que, em última análise, incluíam a China e o Japão.<sup>27</sup>

Diogo do Couto era naturalmente permeável ao fascínio inerente a esta tendência: seria uma forma de reavivar e renascer a “idade dourada” dos primeiros tempos do Estado da Índia, com a qual tanto simpatizava. As expedições militares e de conquista eram formas de promover o “mérito”, ou seja, constituíam modos de afirmação do valor pessoal e de curto-circuito do que o cronista considerava ser um sistema viciado que concentrava mercês e proveitos em circuito fechado. As conquistas tinham portanto vantagens diversas: eram uma forma de regressar a um passado glorioso, permitiam à fidalguia retomar a sua função primordial, eram uma fonte de riqueza e de prestígio para os soldados e, naturalmente, de receitas para a Coroa.

Couto evolui na forma como encara as propostas de conquista territorial. No primeiro “Soldado Prático”, elaborado na década de 1560, ainda não existe uma clara proposta, limitando-se a debater os principais problemas do Estado da Índia – Bassorá, Ceilão e o Aceh. No segundo, não apenas a sua adesão a soluções deste tipo é agora declarada e inequívoca, como o autor aprofunda e amadurece as suas ideias sobre o tema, debatendo de forma aberta as opções que, previsivelmente, seriam as mais comuns no seu tempo: qual o melhor alvo? Ceilão, o Aceh ou o Monomotapa? A sua preferência vai para esta última, sobre a qual discorre e argumenta.<sup>28</sup>

### III

A voz de Diogo do Couto não é uma voz exterior ou imparcial às realidades que critica. Pelo contrário, está profundamente envolvida e embrenhada nas tensões da sua época e nos cenários que descreve. Em particular, Couto é especialmente sensível a tudo o que diz respeito à pequena nobreza e aos *casados* e o seu olhar é cúmplice dos seus inte-

<sup>27</sup> Paulo Jorge de Sousa Pinto, *The Portuguese and the Straits of Melaka*, p. 71.

<sup>28</sup> António Coimbra Martins, “Introdução” in Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, pp. 130-135.



resses e aspirações. Como afirma Coimbra Martins, “sempre que o cronista se refere aos *casados*, é em sua explícita ou implícita abonação”.<sup>29</sup>

O apelo de Diogo do Couto a um regresso ao alegado modo como o Estado da Índia funcionava no passado – que não viveu – é revelador de um certo nível de frustração de vários grupos sociais que se viam relegados para posições subalternas, perante uma nobreza de serviços que usufruía de cargos e mercês (as capitânias mais rendosas, as viagens mais lucrativas) devido à sua ascendência e às suas ligações aos círculos do poder e não aos seus méritos pessoais. Aos “soldados práticos”, como o próprio Couto, às pequenas elites locais, mestiças, das cidades e fortalezas, que se organizavam em torno das misericórdias e das câmaras, não restava mais do que apelar diretamente ao rei e aos vice-reis pedindo que os seus antigos privilégios e direitos fossem respeitados, geralmente queixando-se abundantemente das extorsões cometidas pelos capitães e outros oficiais régios.

Diogo do Couto não se furta, portanto, a dar eco desta insatisfação na sua narrativa, tomando o partido, geralmente de forma discreta e subtil mas efetiva, dos *casados*, sobretudo quando as suas posições surgem, de alguma forma, em conflito com as de terceiros. Os seus interesses são geralmente tomados em alta consideração e as suas posições revelam-se acertadas e coincidentes com os interesses portugueses na Índia. A sua condição “honrada”, de gente leal ao rei, experiente e conhecedora das realidades asiáticas, contrasta com a inexperiência de muitos fidalgos, sobretudo os “reinóis”, termo que Couto utiliza num sentido claramente pejorativo.<sup>30</sup>

A cumplicidade entre Couto e os *casados* é visível em vários episódios da sua narrativa e mais evidente no que respeita aos de Goa. Exemplo sintomático deste alinhamento pode ser detetado no episódio ocorrido em 1587 e que envolveu um pedido de socorro de Malaca à capital do Estado, devido à situação aflitiva que a cidade então vivia, causada pelo bloqueio do sultão de Johor. Depois de enviar pedidos de apoio às câmaras de Chaul e Baçaim, o vice-rei D. Duarte de Meneses dirigiu-se aos *casados* de Goa e apelou a um empréstimo para o envio de uma expedição de socorro, invocando a urgência e as dificuldades financeiras do Estado da Índia e comprometendo-se a reembolsar rapidamente a quantia envolvida. A câmara de Goa acedeu, com uma condição: que o comando da armada fosse entregue a D. Paulo de Lima Pereira. D. Duarte de Meneses

<sup>29</sup> António Coimbra Martins, “História de Diogo do Couto”, p. 77.

<sup>30</sup> Maria Augusta Lima Cruz, “O Discurso Histórico”, pp. 313-315.

acedeu, provavelmente por não se encontrar em posição de recusar, mas também por o nome daquele capitão ter sido solicitado por Malaca.

Este episódio, que o cronista reporta na Década Décima e no panegírico da vida de D. Paulo de Lima Pereira – precisamente um ator central na trama histórica envolvida – permite vislumbrar alguns dados interessantes. O primeiro é o protagonismo concedido aos *casados* das várias cidades da Índia, uma vez mais com Goa na dianteira, no socorro numa situação de urgência militar; deduz-se facilmente a lealdade e prontidão com que os *casados* acorriam e respondiam a necessidades prementes do Estado. Este protagonismo torna-se ainda mais evidente quando se percebe de imediato – pois Couto não perde a ocasião para o dizer de forma clara e acutilante – que a probabilidade de serem ressarcidos era baixa, como era, aliás, hábito, e que estas dívidas ficaram por pagar, transformando-se assim em “dívidas velhas”, pois os vice-reis, “que para pagarem estas dívidas lhes falta dinheiro, e para mercês e alvitres a quem querem, lhes sobeja”.<sup>31</sup>

É igualmente curioso verificar como Diogo do Couto aproveita de imediato a descrição destes eventos para desferir uma estocada no próprio vice-rei D. Duarte de Meneses. No momento em que tem conhecimento da exigência dos *casados* de Malaca – em sintonia com as cartas vindas de Malaca – do nome de D. Paulo de Lima para chefiar o socorro, o cronista não perde ocasião para dizer que o vice-rei tinha pensado, de início, no nome do seu tio, Rui Gonçalves da Câmara, acrescentado de imediato que era “capitão-mor e conquistador do Achém, cujos ordenados ele comia”.<sup>32</sup> A conclusão é óbvia: os *casados* impunham um nome que lhes garantisse que o seu dinheiro era bem empregado no socorro de Malaca e não para satisfazer a família do vice-rei, cujo nome sugerido possuía um cargo, devidamente remunerado mas inútil para os interesses do Estado (pois a “conquista” do Aceh, apesar de projetada por diversas vezes, nunca se concretizou).

A escolha de D. Paulo de Lima revelou-se acertada, como Couto descreve na sua biografia; os *casados* eram, conseqüentemente, os verdadeiros conhecedores das realidades da Índia e quem zelava pelos interesses de el-rei, embora injustiçados, indevidamente reconhecidos e nem sequer ressarcidos pelos vice-reis. Por fim, um pormenor sintomático: Couto escreveu a biografia de D. Paulo de Lima, cujas qualidades são devidamente assinaladas ao longo da obra, desde o seu percurso na Índia até

<sup>31</sup> Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, p. 157.

<sup>32</sup> Diogo do Couto, *Da Ásia*, Déc. X, VIII, xvii, p. 380.

ao seu final infeliz após o naufrágio da nau em que regressava ao reino. Uma delas é subtilmente introduzida no discurso do cronista: “Foi capitão reto de justiça, pouca cobiça, nunca avexou os moradores no meneio de sua fazenda”.<sup>33</sup>

#### IV

A vida e obra de Diogo do Couto estão intimamente interligadas, pela forma como cada uma delas interpenetra e permite compreender a outra. Couto foi tradicionalmente considerado como o expoente máximo da crítica social e de exposição das mazelas do Estado da Índia, pela forma desabrida como expõe feridas sociais e denuncia erros e vícios do sistema político e administrativo. O seu trabalho é comumente analisado em analogia com o de outro “soldado prático” seu contemporâneo, o de Francisco Rodrigues Silveira, permitindo o esboço de um quadro cinzento e *decadentista* da Ásia portuguesa nos finais do século XVII que, apesar de firmado no século XIX, continua a estar presente em obras e trabalhos de investigação recentes.<sup>34</sup>

Contudo, a personalidade de Couto e a riqueza da sua obra não se esgota na ideia da denúncia social e da “decadência” da Índia na viragem o século XVII. O autor tem suscitado um renovado interesse após, digamos, a “cristalização” desta imagem tradicional, embora muitos aspetos da sua vida e obra – nomeadamente a sua cumplicidade com os *casados* - aguardem ainda um escrutínio global e rigoroso. A reedição completa das Décadas seria naturalmente uma ocasião e uma oportunidade de renovação dos estudos coutianos. Os elementos contidos na sua extensa obra permitem vislumbrar interesses e tensões pessoais e sociais, que cruza de forma empírica na sua narrativa histórica dos feitos de guerra e das heroicidades bélicas. Não deixa de ser curioso como Couto, que escreve História e que tem inegáveis preocupações de verosimilhança e rigor, possui simultaneamente uma visão romântica, quase mitificada, desse mesmo passado, que não é um passado distante mas o do próprio Estado onde viveu e desempenhou funções oficiais. As suas contradições e a forma como mistura um rigor factual apurado com empirismo, ambição social e frustração pessoal com perceção aguda e propostas de regeneração do corpo social e político são, afinal, um reflexo das contradições da época em que viveu.

<sup>33</sup> Diogo do Couto, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, p. 145.

<sup>34</sup> Cf. George Davison Winius, *The Black Legend of Portuguese India* e Maria Manuela Baptista, *A Emergência do Discurso Cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto*.

## Bibliografia

- Archivo Portuguez Oriental* (ed. J. H. da Cunha Rivara), Nova Goa, 1857-1876, 6 vols.
- Baptista, Maria Manuela Pinto Soares, *A Emergência do Discurso Cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto – Indícios de um (Des)governo Português na Índia Quinhentista*, Dissertação de mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Lisboa, Universidade Aberta, 2014.
- Barreiros, António José, *História da Literatura Portuguesa*, 6ª ed., Braga, Ed. Pax, 1976, vol. I.
- Barros, João de, *Da Ásia*, Lisboa, Liv. Sam Carlos, 1973.
- Boxer, Charles R., “Three Historians of Portuguese Asia (Barros, Couto and Bocarro)”, in *Opera Minora*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. II, 2002, pp. 13-38.
- Boxer, Charles R., “Diogo do Couto (1543-1616), controversial chronicler of Portuguese Asia”, in *Opera Minora*, Lisboa, Fundação Oriente, vol. II, 2002, pp. 117-126.
- Couto, Diogo do, *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, Lisboa, José Filipe, 1765.
- Couto, Diogo do, *Da Ásia*, Lisboa, Liv. Sam Carlos, 1973-1974.
- Couto, Diogo do, *O Soldado Prático* (ed. M. Rodrigues Lapa), 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1980.
- Couto, Diogo do, *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia* (ed. José Manuel Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos), Lisboa, Ed. Cosmos, 1998.
- Couto, Diogo do, *Década Quarta da Ásia* (ed. M. Augusta Lima Cruz), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, vol. I.
- Couto, Diogo do, *O Primeiro Soldado Prático* (ed. António Coimbra Martins), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- Cruz, Maria Augusta Lima, *Diogo do Couto e a Década 8ª da Ásia*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, vol. II.
- Cruz, Maria Leonor Garcia da, *Os «Fumos da Índia». Uma Leitura Crítica da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1998.
- Godinho, Manuel, *Relação do Novo Caminho da Índia para Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1974.
- Martins, António Coimbra, *Em Torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1985.
- Martins, António Coimbra, “História de Diogo do Couto e dos seus livros”, sep. de *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 1991, pp. 73-118.

- Observações Sobre as Principaes Causas da Decadencia dos Portuguezes na Asia, escritas por Diogo do Couto em Forma de Dialogo, com o titulo de Soldado Pratico* (ed. António Caetano do Amaral), Lisboa, Academia Real das Ciências, 1790.
- Pinto, Paulo Jorge de Sousa, *The Portuguese and the Straits of Melaka, 1575-1619*, Singapura, NUS Press, 2012.
- Soveral, Carlos Eduardo de, "Couto, Diogo do", in *Dicionário de Literatura* (dir. Jacinto do Prado Coelho), 3ª ed., Porto, Figueirinhas, 1978, vol. I.
- Subrahmanyam, Sanjay, *O Império Asiático Português*, Lisboa, Difel, 1995.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., "A crise de 1565-1575 na História do Estado da Índia", *Mare Liberum*, n. 5, 1995, pp. 481-519.
- Thomaz, Luís Filipe F. R., *A Questão da Pimenta em meados do século XVI – um debate político do governo de D. João de Castro*, Lisboa, CEPCEP, 1998.
- Winius, George Davison, *The Black Legend of Portuguese India*, Nova Delhi, Concept Publishing Company, 1985.